



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIA**

TIPO DE AUDITORIA : Auditoria de Gestão
EXERCÍCIO : 2007
PROCESSO : 00005.000719/2008-66
UNIDADE AUDITADA : Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH/PR
CÓDIGO UG : 200016
CIDADE : Brasília
RELATÓRIO N° : 15/2008

PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO

Em atendimento às determinações contidas no inciso III do art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VIII do art. 14 da IN/TCU/nº 47/2004 e fundamentado no Relatório, apresento as contas dos gestores da Unidade Jurisdicionada em referência no exercício supramencionado com fundamento nos elementos que integram o presente processo, em especial a conclusão dos auditores consubstanciada no correspondente Relatório e no Certificado de Auditoria, cuja opinião foi pela **REGULARIDADE COM RESSALVAS** da gestão dos responsáveis relacionados no item 3.1 do Certificado de Auditoria e pela **REGULARIDADE** da gestão dos demais responsáveis, referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007.

2. As questões objeto de ressalvas foram levadas ao conhecimento dos gestores responsáveis, para manifestação, conforme determina a Portaria CGU nº 1.950, de 28 de dezembro de 2007, que aprovou a Norma de Execução nº 05, de 28 de dezembro de 2007, e estão relacionadas em tópico próprio do Certificado de Auditoria. As manifestações dos Gestores sobre referidas questões constam do Relatório de Auditoria.

3. Desse modo, acolho o posicionamento expresso no Relatório e Certificado de Auditoria, exceto quanto ao enquadramento da gestão como **REGULAR COM RESSALVAS** do Senhor Rogerio Sottili - Secretário Adjunto da Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH/PR, pela falha apontada no item 5.3 do Relatório de Auditoria, uma vez entender que as impropriedades ali apontadas não configuram motivo suficiente para ressaltar as contas do Secretário Adjunto daquele órgão. Portanto, deve o Processo ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, 05 de maio de 2008.

José Aparecido N. Pires
Secretário de Controle Interno